

Se perdeu na tradução?

Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória

Patricia Hill Collins

Professora da Universidade de Maryland, College Park.



Ou a liberdade é indivisível ou não é nada além da repetição de *slogans* e avanços temporários, míopes e passageiros, para poucos. Ou a liberdade é indivisível e trabalhamos em conjunto por ela ou você estará em busca de seus próprios interesses e eu dos meus June Jordan (Jordan, 1992, p. 190).

Resumo

Neste ensaio, foco em como as ideias e práticas de interseccionalidade mudaram de forma e propósito conforme foram traduzidas nos diferentes contextos materiais, sociais e intelectuais. Para tanto, mapeio as mudanças de contorno do feminismo negro e da interseccionalidade em três períodos: (1) como o feminismo negro, no contexto de movimento social, adotou perspectivas de raça, classe, gênero e sexualidade como sistemas de intersecção de poder, (2) como essas ideias chegaram à academia inicialmente sob a rubrica de estudos de raça/classe/gênero e subsequentemente foram nomeadas e legitimadas como interseccionalidade; (3) as implicações da legitimação acadêmica de interseccionalidade para as políticas emancipatórias contemporâneas.

Palavras-chave: feminismo negro; interseccionalidade; política emancipatória.

Abstract

In this essay, I focus on how intersectionality's ideas and practices shifted shape and purpose as they were translated within varying material, social and intellectual contexts. To focus my argument, I map the changing contours of Black feminism and intersectionality across three periods in time: (1) how Black feminism within social movement settings fostered perceptions of race, class, gender and sexuality as intersecting systems of power; (2) how these ideas travelled into the academy initially under the rubric of race/class/gender studies and subsequently became named and legitimated as intersectionality; and (3) the implications of intersectionality's academic legitimation for contemporary emancipatory politics.

Keywords: black feminism; intersectionality; emancipatory politics.

A intelectual afro-americana June Jordan não esteve interessada na liberdade somente para afro-americanos, mas para todas as pessoas oprimidas. Uma leitura atenta de seu trabalho mostra que seu foco na liberdade imprimiu um ímpeto interseccional ao feminismo negro assim como estreitou laços entre movimentos sociais do século XX. Como uma mulher negra que cresceu nos Estados Unidos, Jordan compreendeu como a ideia de liberdade foi fundamental para a cultura, a filosofia e a política afro-americana (Kelley, 2002; King, 1996; Ransby, 2003). Jordan estava familiarizada com o quanto uma história de racismo, sexismo, exploração de classe, xenofobia e homofobia contradiziam a ideologia dominante do sonho americano. Poetisa, ensaísta e crítica cultural, Jordan se recusou a perceber as injustiças sociais como naturais, normais ou inevitáveis e simplesmente ignorá-las para se dedicar à produção criativa. Em vez disso, seu trabalho intelectual e político refletiu uma política emancipatória. (Jordan, 1985; Jordan, 1992; Jordan, 1998).

Jordan se baseou no avanço de políticas emancipatórias, conquistadas pelos movimentos sociais, em que predominavam grandes ideias como liberdade, igualdade, justiça social e democracia participativa. No trabalho de Jordan, assim como no de Angela Davis, Toni Cade Bambara, Shirley Chisholm, Alice Walker, Audre Lorde e outras feministas negras do período, pode-se encontrar uma declaração forte e precoce sobre interseccionalidade, em que a “liberdade é indivisível”, tanto intelectualmente quando nas múltiplas lutas políticas. Jordan argumentou que o feminismo negro exigia esforços contínuos para dismantlar a intersecção, as relações estruturais de poder de raça, classe, gênero e sexualidade, que reproduziram as injustiças sociais de uma geração à outra. Mas ela também viu que as mulheres afro-americanas jamais poderiam ser livres se perseguissem apenas o próprio interesse. A luta não tratava apenas de análises abstratas da liberdade, mas sobre as formas que as iniciativas de justiça social deveriam assumir para dar vida a políticas emancipatórias. A ideia de interseccionalidade e a solidariedade política que a sustentava tinham o objetivo de tornar a liberdade significativa para pessoas cujas experiências de vida estavam circunscritas pelo racismo, o

sexismo, a exploração de classe, o nacionalismo, a religião e a homofobia. A luta por liberdade de que June Jordan participou e as políticas emancipatórias em que esteve envolvida foram árduas, mas também cheias de esperança.

Com frequência me pergunto o que June Jordan e tantas outras intelectuais e ativistas dos anos 1950 a 80, que levaram as ideias do movimento social para a academia, fariam com a compreensão acadêmica contemporânea de políticas emancipatórias. Assim como elas se deslocaram do movimento social para as formatações acadêmicas, acadêmicas-ativistas dos estudos das mulheres, estudos negros, estudos pós-coloniais, estudos culturais e projetos similares de perspectiva crítica enfrentam o desafio de traduzir as ideias dos movimentos sociais de liberdade, equidade, justiça social e democracia participativa para formatos que possam ser reconhecidos por gestores de faculdades. Algumas ideias foram assimiladas pelas normas acadêmicas predominantes enquanto outras foram censuradas ou deixadas à míngua.

Como forma de investigação crítica e práxis, o contorno da interseccionalidade na academia reflete o contexto de uma tradução imperfeita. Assim, a interseccionalidade proporciona lentes sugestivas para examinar o que poderia se perder na tradução, em situações de ideias deslocadas entre diferentes comunidades de interpretação, com diferentes níveis de poder. A interseccionalidade conecta dois lados de produção de conhecimento, a saber, a produção intelectual de indivíduos com menos poder, que estão fora do ensino superior, da mídia de instituições similares de produção de conhecimento, e o conhecimento que emana primariamente de instituições cujo propósito é criar saber legitimado. A interseccionalidade pode ser vista como uma forma de investigação crítica e de práxis, precisamente, porque tem sido forjada por ideias de políticas emancipatórias de fora das instituições sociais poderosas, assim como essas ideias têm sido retomadas por tais instituições (Collins; Bilge, 2016). A eficácia das ideias centrais de interseccionalidade, em situações díspares politicamente, levanta questões importantes sobre a relevância do conhecimento para a luta por liberdade e iniciativas de justiça social.

Tradução_Bianca Santana.

Neste ensaio, foco em como as ideias e práticas de interseccionalidade mudaram de forma e propósito conforme foram traduzidas nos diferentes contextos materiais, sociais e intelectuais. Para tanto, mapeio as mudanças de contorno do feminismo negro e da interseccionalidade em três períodos: (1) como o feminismo negro, no contexto de movimento social, adotou perspectivas de raça, classe, gênero e sexualidade como sistemas de intersecção de poder, (2) como essas ideias chegaram à academia inicialmente sob a rubrica de estudos de raça/classe/gênero e subsequentemente foram nomeadas e legitimadas como interseccionalidade; (3) as implicações da legitimação acadêmica de interseccionalidade para as políticas emancipatórias contemporâneas.

1. FEMINISMO NEGRO NOS ESTADOS UNIDOS E ORIGENS DO MOVIMENTO SOCIAL DE INTERSECCIONALIDADE

8 As narrativas contemporâneas relativas à emergência da interseccionalidade ignoram, com frequência, a relação desta com as políticas feministas negras dos anos 1960 e 1970 nos Estados Unidos. Apesar de um longo projeto feminista negro, nos movimentos sociais do século XX, mulheres afro-americanas avançaram diversas dimensões do feminismo negro que foram claramente reconhecidas como interseccionais. Por exemplo, o volume editado por Toni Cade Bambara nos anos 1970, *The Black Woman*, se coloca como um trabalho inovador feito por mulheres afro-americanas envolvidas na luta política (Bambara, 1970). Tomando uma postura implicitamente interseccional em relação à emancipação de mulheres afro-americanas, mulheres afro-americanas de diversas perspectivas políticas apresentaram ensaios provocativos sobre como as mulheres negras nunca ganhariam sua liberdade sem perceber sua raça, classe e gênero. Escrito para o público geral e não para a academia, o volume pode ser visto como um importante trabalho pioneiro sobre interseccionalidade, embora seja negligenciado.

Por volta de 1980, algumas das principais ideias forjadas no contexto do ativismo de mulheres negras foram cristalizadas em panfletos, poesias, ensaios, coletâneas, arte e outras obras. Em 1982, o Coletivo

Combahee River, um pequeno grupo de mulheres afro-americanas de Boston, publicou um manifesto chamado *A Black Feminist Statement*, que apresentou uma declaração mais abrangente do quadro de políticas do feminismo negro (Combahee-River Collective, 1995). Esse documento inovador argumentava que uma perspectiva que considerasse somente a raça ou outra com somente o gênero avançariam em análises parciais e incompletas da injustiça social que caracteriza a vida de mulheres negras afro-americanas, e que raça, gênero, classe social e sexualidade, todas elas, moldavam a experiência de mulher negra. O manifesto propunha que os sistemas separados de opressão, como eram tratados, fossem interconectados. Porque racismo, exploração de classe, patriarcado e homofobia, coletivamente, moldavam a experiência de mulher negra, a libertação das mulheres negras exigia uma resposta que abarcasse os múltiplos sistemas de opressão. A sucinta declaração de June Jordan sobre liberdade encapsula o pensamento daquele tempo: “ou a liberdade é indivisível ou não é nada além da repetição de *slogans* e avanços temporários, míopes e passageiros, para poucos. Ou a liberdade é indivisível e trabalhamos em conjunto por ela ou você estará em busca de seus próprios interesses e eu dos meus” (Jordan, 1992, 190). Aqui, a discussão de Jordan sobre liberdade adianta ideias importantes dos projetos de conhecimento interseccionais, ou seja, encarando a tarefa de compreender as desigualdades sociais complexas como intrinsecamente ligadas a uma agenda de justiça social, ou as interseções não apenas como ideias por elas mesmas, mas como ideias e ações.

Dada a diminuição história de mulheres de ascendência africana, é tentador conferir às afro-americanas a descoberta de uma interseccionalidade ainda não nomeada. No entanto, é evidente que nos Estados Unidos as mulheres afro-americanas faziam parte de um movimento mais amplo de mulheres, em que mexicanas e outras latinas, mulheres indígenas e asiáticas estavam na vanguarda de reivindicar a inter-relação de raça, classe, gênero e sexualidade em sua experiência cotidiana. O coletivo Combahee River não estava sozinho ao propor essas ideias. Nos Estados Unidos, por exemplo, latinas estavam engajadas em lutas intelectuais e políticas similares, ao

criarem espaço para seu empoderamento dentro dos limites dos movimentos sociais que, como na política afro-americana, eram moldados por um nacionalismo patriarcal. O feminismo latino veio na mesma década de 1980, com o trabalho de Gloria Anzaldua, especialmente seu clássico *Borderlands/La Frontera*, que marcou uma importante contribuição na construção dos estudos de raça, gênero e sexualidade (Anzaldua, 1987). O trabalho de Anzaldua, particularmente, prepara o cenário para a análise de temas contemporâneos como espaços fronteirizos, fronteiras e relacionalidade, que se tornaram logo depois tão proeminentes na interseccionalidade (Collins; Bilge, 2016).

Examinar como as mulheres de cor lidaram com o desafio de seu próprio empoderamento demonstra diferentes padrões de como raça/ classe/ gênero/ sexualidade foram negociadas no contexto político dos movimentos sociais. Por exemplo, mulheres afro-americanas e mexicanas confrontaram o desafio de incorporar gênero aos argumentos predominantes de raça/classe dos movimentos nacionalistas negros e mexicanos, assim como incorporaram raça e classe ao movimento feminista que avançava somente nos argumentos de gênero. Neste contexto, argumentos sobre a intersecção de raça/ classe/ gênero/ sexualidade foram forjados na intersecção de múltiplos movimentos sociais, uma localização estrutural que teve um importante efeito nas dimensões simbólicas do discurso interseccional seguinte.

A transitória década de 1980 levou os movimentos sociais a uma pausa, mas isso constituiu um avanço nos contornos estruturais dos projetos de conhecimento que viam raça, classe, gênero e sexualidade como se construíssem mutuamente sistemas de poder. Mulheres de cor, ao argumentarem as interconexões de raça, classe, gênero e sexualidade, não produziram apenas documentos nos movimentos sociais, muitas dessas mulheres entraram na academia como estudantes de pós-graduação, professoras assistentes, docentes. É importante lembrar que os movimentos sociais não lutaram pela inclusão de mulheres e pessoas de cor na academia, que as ideias trazidas por elas dificilmente teriam aceitação. O caso das mulheres afro-americanas é exem-

plar neste sentido. Alice Walker, June Jordan, Angela Davis, Nikki Giovanni e Barbara Smith, para nomear algumas, estiveram todas ativamente engajadas nos movimentos sociais, especialmente dos Direitos Civis, anti-guerra, Black Power e/ou movimentos de mulheres. O acesso a carreiras acadêmicas permitiu que mulheres afro-americanas politicamente ativas trouxessem as ideias políticas do feminismo negro para os estudos de raça/classe/ gênero. As principais obras de mulheres negras afro-americanas, que estabeleceram as bases para o que veio a ser conhecido como interseccionalidade, incluem *Civil Wars*, de June Jordan (Jordan, 1981); o clássico *Sister Outsider* (Lorde, 1984) de Audre Lorde; e o inovador *Mulheres, Raça e Classe* de Angela Davis (Davis, 1981). Em trabalhos como esses, pode-se ver como a produção intelectual de mulheres negras contém uma análise explícita das interconexões de raça, classe, gênero e sexualidade como sistemas de poder explicitamente ligados a diversos projetos de justiça social catalisados por seu envolvimento com os movimentos sociais (Collins, 2000). Mais uma vez, esse conjunto de estudos de raça/ classe/ gênero não estava limitado a mulheres afro-americanas.

No contexto do movimento social, a sinergia entre as ideias de interseccionalidade como um projeto de conhecimento, bem como sua organização estrutural e aspirações, se reforçam uma a outra. Nessa sinergia, pode-se perceber a relação recorrente entre as dimensões sociais e simbólicas dos projetos de conhecimento (Lamont; Molnár, 2002). Quando ideias, ou material simbólico, vão de um ambiente social a outro, essa relação entre os limites sociais e simbólicos também muda. Nesse caso, tanto o feminismo negro como os estudos de raça/ classe/ gênero se desdobram em espaços sociais e simbólicos diferentes dos discursos hegemônicos. Ambos os discursos encontraram o desafio de definir limites. Quando mulheres de cor que seguiram engajadas em movimentos sociais entraram para a academia, trouxeram com elas as sensibilidades dos movimentos. Elas também encontraram normas acadêmicas que, de muitas formas, eram antiéticas para as suscetibilidades dos movimentos, por exemplo, enquadrar a política como sendo partidária e não-objetiva. Além disso, quando o feminismo negro foi incorporado à

academia, ficou difícil sustentar as suscetibilidades do movimento quanto à pesquisa e à práxis. Um projeto de justiça social permaneceu, mas era diferente daquele que buscava transformar a academia; um projeto que, no processo de deslocamento para a academia, foi ele mesmo transformado.

A denominação inicial do campo como estudos de raça/ classe/ gênero refletia as relações dinâmicas entre os diversos movimentos sociais, cada qual engajado em tentar descobrir as relações com os outros. Por essa expansão para a academia, limites simbólicos mais fluidos de “raça/ classe/ gênero” como um projeto de conhecimento que se forjou nos movimentos sociais encontraram, eles mesmos, disputando espaço e legitimidade na política acadêmica predominante. Especificamente, à medida em que a incorporação acadêmica ocorreu, estratégias e argumentos associados a estudos de raça/ classe/ gênero se deslocaram. As políticas confusas dos estudos de raça/ classe/ gênero associados aos movimentos sociais se reformularam como um campo de estudo acadêmico mais reconhecido.

Essa fase provisória dos estudos de raça/ classe/ gênero se tornou suplementar ao longo do tempo à sexualidade, idade, habilidade, etnia e religião. Ainda dessa forma flexível, com uma lista cada vez maior de divisões sociais, foram criadas categorias deste campo interdisciplinar crescente, dentro das dificuldades acadêmicas. Nomear o campo parecia resolver o dilema. A construção da interseccionalidade ofereceu um termo guarda-chuva reconhecível, que fixava essas relações dinâmicas de modo a tornar o campo compreensível nas normas acadêmicas de autoria, propriedade e descoberta.

2. O QUE HÁ EM UM NOME? DE RAÇA/ CLASSE/ GÊNERO À INTERSECCIONALIDADE

Na década de 1990, o termo *interseccionalidade* emergiu nos limites entre movimentos sociais e a academia, como um termo que parecia capturar melhor o crescente corpus interseccional de ideias e práticas. Ironicamente, narrativas da emergência da interseccionalidade raramente incluem o período

dos movimentos sociais, e se limitam a localizar um ponto de origem no momento em que a academia primeiro noticia e nomeia este emergente campo de estudos, as ideias associadas aos estudos de raça/ classe/ gênero na década de 1980 foram constantemente ignorados até que atores institucionais poderosos o reconhecessem. Ao aceitar um nome para o campo, que foi afastado de sua origem nos movimentos sociais e seus praticantes, esses atores ajudaram a legitimá-lo.

Histórias da emergência da interseccionalidade costumam clamar que a intelectual feminista afro-americana Kimberlé Crenshaw “cunhou” o termo interseccionalidade no artigo *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color*, publicado na *Stanford Law Review* (Crenshaw, 1991). Como uma teórica crítica da temática racial e advogada, Crenshaw não foi uma militante nos movimentos sociais, mas estava intimamente familiarizada com o trabalho por justiça social dos movimentos. Nesse sentido, Crenshaw foi idealmente posicionada na convergência dos estudos de raça/ classe/ gênero na academia, assim como na centralidade de iniciativas de justiça social para a mudanças legais e sociais que fizeram avançar argumentos da interseccionalidade.

Porque o artigo de 1991 de Crenshaw é tão frequentemente citado como o ponto de origem da interseccionalidade, ele se coloca como um documento fundamental ao marcar a tradução dos entendimentos de interseccionalidade que vinham do feminismo negro e outros projetos de justiça social, e aqueles que cada vez mais caracterizavam um conhecimento acadêmico da interseccionalidade. Uma leitura atenta do artigo de 1991 de Kimberlé Crenshaw mostra que ele: (1) identifica diversas ideias de interseccionalidade que reaparecem nos projetos interseccionais subsequentes; e (2) oferece uma visão clara da inter-relação dos limites estruturais e simbólicos no desenvolvimento da interseccionalidade como projeto de conhecimento. Em outras palavras, ele mostra o que persistiu, o que ficou silenciado, o que desapareceu. O artigo de Crenshaw oferece menos um ponto de origem da interseccionalidade, do que um marcador que mostra como os limites estruturais

e simbólicos da interseccionalidade se deslocaram ao longo dos anos de 1990, quando este projeto de conhecimento foi afastado do movimento social e incorporado pela academia.

Diversas características prenunciadas no artigo de 1991 foram consideradas, subsequentemente, pontos focais da interseccionalidade, alguns calorosamente acolhidos, outros que permaneceram como pontos de contenção dentro do próprio campo (para uma discussão que expande essas ideias, Collins; Bilge, 2016; Collins; Chepp, 2013). Primeiramente, Crenshaw foca nas experiências de mulheres de cor, um grupo desvalorizado não somente na perspectiva acadêmica, mas também na sociedade como um todo. Crenshaw argumenta que as experiências de mulheres de cor são importantes em si mesmas, mas se tornam especialmente significativas no entendimento e na solução de questões sociais importantes. Crenshaw trabalha com os princípios de epistemologia de *standpoint*, reconhecendo que a experiência importa, não ao incorporar, simplesmente, as experiências individuais, mas também ao perceber as mulheres de cor a partir de um lugar diferente, como criadoras de conhecimento. Ângulos de visão e desafios distintos acompanham locais sociais diferentes, um tema desenvolvido pela atenção de Crenshaw às diferentes experiências que mulheres de cor têm com a violência doméstica. Todos os discursos vêm de um ponto de vista particular, ainda que sejam frequentemente obscurecidos.

Em segundo lugar, Crenshaw coloca a si mesma na narrativa em que se auto identifica como “feminista negra”. Por este movimento, Crenshaw sinaliza uma posição epistemológica particular para estudiosos, especialmente estudiosas de cor, que se engajam no feminismo negro, estudos de raça/classe/ gênero e/ou projetos de conhecimento interseccional. Experiência e conhecimento corporificado são valorizados, assim como o tema da responsabilidade que acompanha tal conhecimento.

Terceiro, Crenshaw argumenta que as necessidades das mulheres de cor não podem ser atendidas por um pensamento mono-categórico. A inovação de Crenshaw aqui é construir seu argumento a partir da base das experiências das mulheres de cor e,

em seguida, mostrando como múltiplos sistemas de poder afetam suas vidas, não de uma forma priorizada, em vez disso, de forma sinérgica. Mutuamente, a construção de sistemas de poder produz distintos lugares sociais para indivíduos e grupos dentro deles, nesse caso, as identidades desempoderadas que mulheres de cor carregam, as posiciona em inequidades sociais complexas, de forma diferente daquelas vividas por homens ou mulheres brancas.

Quarto, o artigo de Crenshaw expressa um *ethos* de justiça social que assume que uma análise mais compreensiva dos problemas sociais pode render ações mais efetivas. Por que escrever esse artigo sobre mulheres de cor e violência, se não oferecer alguns insights para iniciativas de justiça social? Ecoando o clamor de Jordan de que a liberdade é indivisível, alcançar justiça social para vítimas de violência doméstica requer compreender raça, gênero, classe e sexualidade como construções mútuas de um sistema de poder. Ironicamente, a análise de sistemas de poder interseccionais é secundária à razão primária de melhoria social, nesse caso, melhoria social para mulheres de cor e para todo mundo, por consequência.

Quinto, o artigo de Crenshaw dá ênfase à racionalidade. Ao introduzir o termo interseccionalidade, Crenshaw enfatiza o significado das relações intelectuais e políticas. Crenshaw se baseia na ideia de que mulheres de cor, que se desenvolveram nos movimentos sociais atuais, perceberam que essa questão das relações era crucial - não era suficiente ter um inimigo em comum, ao contrário, tiveram que descobrir padrões de interconexão. O argumento dela carrega este nuance, no qual Crenshaw inclui muito grupos sob a categoria guarda-chuva “mulheres de cor”, com atenção para especificar e universalizar suas experiências com a violência doméstica. Essa atenção às relações e o significado delas para a coalização política encontra uma perspectiva importante neste trecho. O tema das relações permeou os movimentos sociais como se tentassem descobrir como diversos indivíduos e movimentos poderiam trabalhar juntos.

Kimberlé Crenshaw, considerada a que cunhou o termo interseccionalidade, foi fundamental ao

campo, mas não da maneira como isso frequentemente é compreendido. O ponto de origem dessa história não só costuma negligenciar os escritos e atividades de muitas outras pessoas que vieram antes de Crenshaw, como faz interpretações equivocadas dos argumentos da autora. Crenshaw se baseia nas ideias de Combahee não só para nomear a interseccionalidade, mas também para (1) estabelecer relações entre identidade individual e identidade coletiva; (2) manter o foco nas estruturas sociais; (3) teorizar a partir da base (em de um modelo *top-down*) casos de violência contra mulheres de cor como um conjunto de experiências com conexões estruturais, políticas e representativas; (4) lembrar leitoras que o propósito dos estudos interseccionais é contribuir com iniciativas de justiça social. Crenshaw é clara está claramente defendendo a interseccionalidade como uma construção de justiça social, e não como uma teoria da verdade desvinculada das preocupações de justiça social. No entanto, esse aspecto do trabalho de Crenshaw tem sido cada vez mais negligenciado.

12 No entanto, o artigo de 1991 de Crenshaw oferece um registro útil do momento de transição da formação de um cânone contemporâneo, em que as traduções de interseccionalidade da academia se afastaram do movimento feminista e da compreensão de interseccionalidade do movimento social como uma forma de pesquisa prática e práxis.

O texto de Crenshaw pode ter sido tão bem recebido, em parte, porque demonstra a habilidade de fundir a sensibilidade do movimento social e o comprometimento com iniciativas de justiça social com perspectivas teóricas sofisticadas, em particular, a importância crescente das análises pós-modernas e pós-estruturalistas no final do século XX na academia americana. Crenshaw, dessa forma, falou com dois públicos primários dentro da academia. Primeiro, acadêmicos-ativistas cuja sensibilidade de movimento social incorpora o ethos da justiça social da interseccionalidade, por exemplo, estudiosos de raça/classe/gênero e aqueles no emergente campo dos estudos raciais críticos, puderam ver as relações entre seus chamados para estratégias de ação contra a violência doméstica e sua própria comunidade organizando projetos dentro da academia. Segundo,

acadêmicos que abraçaram as normas acadêmicas hegemônicas, por exemplo, uma crença de que posições políticas (como aquelas ligadas às iniciativas por justiça social) introduziram viés às práticas aparentemente objetivas, puderam ver no trabalho dela uma atenção à narrativa que vem do pós-estruturalismo. O trabalho de Crenshaw visava, assim, desafiar normas acadêmicas ainda que muitos de seus leitores se sentissem confortáveis com elas.

Ironicamente, assim como a estruturação dos movimentos sociais nos anos de 1960 e 1970, retornaram ao passado, a incorporação da interseccionalidade à academia nos anos 1990 e no início dos anos 2000 se tornaram um novo normal que cada vez mais separou o conhecimento emancipatório da política emancipatória. Interseccionalidade como projeto de conhecimento deslocou dos projetos de conhecimento *bottom-up* refletidos na habilidade de Crenshaw a partir de políticas de base, a projetos de conhecimento *top-down* cujos contornos estruturais foram cada vez mais moldados pelas práticas normativas da academia e cujos contornos simbólicos refletiam os objetivos, o conteúdo temático e as abordagens epistemológicas dos campos de estudo existentes.

Uma vez nomeada, ao longo dos anos 1990, início de 2000, a interseccionalidade como projeto de conhecimento se expandiu na academia, ganhando aceitação em muitos campos de estudo. No início do século 21 estudos caracterizaram-se por um crescimento explosivo de interesse na ideia de interseccionalidade.

Atualmente abrigada em um vasto e interdisciplinar corpo de estudos, a ideia de interseccionalidade se entrelaça em várias disciplinas, obtendo crescente aceitação no campo de ciências sociais tão diversos como a sociologia, a psicologia, a economia e a ciência política.

Campos orientados às políticas públicas têm mostrado uma afinidade especial com a interseccionalidade. Por exemplo, a afinidade próxima da interseccionalidade com os estudos jurídicos, especialmente a teoria crítica racial e a *LatCrit* (teoria crítica latina), destaca as maneiras pelas quais as

percepções interseccionais foram cultivadas em um contexto intelectual explicitamente dedicado à ação social e à mudança. Da mesma forma, a política pública encontra utilidade nas análises interseccionais para entender como os locais sociais interseccionais influenciam escolhas de vida.

A interseccionalidade também tem contribuído significativamente para o campo da saúde pública, em que os determinantes sociais e disparidades de saúde são abordados cada vez mais a partir de perspectivas interseccionais (Collins; Bilge, 2016; Collins; Chepp, 2013).

No ensino superior dos EUA, a aceitação do campo de estudos de raça, classe e gênero tem sido impressionante. Nesta expansão de estudos interseccionais, estudos da mulher tem sido um importante campo interdisciplinar que levou a interseccionalidade a sério.

Estudos das mulheres permitiram a pesquisadoras de gênero, que estavam espalhados em várias disciplinas, para reunir, comparar e contrastar o estudo das mulheres nas disciplinas distintas, depois voltar para as mesmas disciplinas com este novo conhecimento. Lynn Weber, liderança precoce nos estudos de raça / classe / gênero, sugere: “É em estudos de mulheres - não em estudos raciais ou étnicos, não em estudos de estratificação social (classe) na sociologia, nem na psicologia ou em qualquer outra disciplina tradicional - que os estudos de raça, classe, gênero e sexualidade surgiram pela primeira vez” (Weber, 1988, p. 14). Essencialmente, professores dos estudos de mulheres participaram de uma espécie de passagem e quebra de fronteira que é agora reconhecida como essencial para a inovação em pesquisa. Dado o tamanho e o fôlego da comunidade acadêmica dos estudos de mulheres, o crescimento de estudos influenciados por interseções de raça, classe, gênero e sexualidade nos estudos de mulheres também explica a rápida disseminação de estudos de raça, classe e gênero em campos ostensivamente muito diferentes uns dos outros.

Esse engajamento interdisciplinar, durante um período considerável, levou a uma profusão de estudos feministas que podem reivindicar tanto a iden-

tidade disciplinar de seus autores quanto o escopo interdisciplinar do feminismo. Até agora, vários textos que definem o campo de estudos de raça, classe e gênero expandem essas ideias e/ ou usam paradigmas interseccionais como dispositivos heurísticos, por exemplo, Floya Anthias e Nira Yuval-Davis's em *Racialized Boundaries: Race, Nation, Gender, Colour and Class and the Anti-Racist Struggle*, ou Chela Sandoval's em *Methodology of the Oppressed* (Anthias; Yuval-Davis, 1992; Sandoval, 2000). Tais textos usam paradigmas interseccionais para identificar que tipos de questões e conceitos são importantes, o que procurar na condução da pesquisa e como as análises interseccionais podem ajudar a explicar os resultados de pesquisa. A teoria pós-colonial tem sido uma beneficiária especial do trabalho teórico de estudos de raça, classe e gênero, com seus principais textos influenciados pelos estudos de mulheres que transitam por muitas das disciplinas tradicionais (Alexander; Mohanty, 1997; McClintock, 1995; Stoler, 1995).

Apesar da centralidade dos estudos de mulheres para a interseccionalidade, seria um erro considerar a interseccionalidade como um projeto exclusivamente feminista ou como uma variante da teoria feminista (ver, por exemplo, Davis, 2008). A interseccionalidade é muito mais ampla que isso. Na academia norte-americana, os ganhos dos estudos de raça / classe / gênero e interseccionalidade têm sido substanciais.

Apesar do significado da pesquisa, o verdadeiro trabalho de estabelecer um campo reside na construção de uma base de estudantes de graduação e pós-graduação, garantindo assim que a próxima geração de profissionais irá emergir. Nesse sentido, as coletâneas editadas tornam-se especialmente importantes porque reúnem artigos de modo a oferecer um roteiro para um campo de estudo. Coletâneas formulam os parâmetros do campo, por exemplo Andersen e Collins' *Race, Class and Gender: An Anthology*, agora na nona edição (Andersen; Collins, 2016).

Como um desenvolvimento paralelo, as coletâneas editadas que se baseiam em variações do termo interseccionalidade e que incorporam artigos-chave selecionados que ajudaram a moldar esse campo de

investigação começaram a aparecer em vários campos (Collins; Bilge 2016), assim como leitores independentes como Patrick Grzanka (2014).

3. SE PERDEU NA TRADUÇÃO? INTERSECCIONALIDADE E POLÍTICAS EMANCIPATÓRIAS

A incorporação da interseccionalidade na academia tem sido impressionante, mas assim como o artigo de Crenshaw sugere, essa incorporação também levanta questões sobre quais dessas ideias migraram para as instituições acadêmicas norte-americanas e quais não. Liberdade, equidade, justiça social e democracia participativa devem constituir as ideias centrais do feminismo, lutas por direitos civis, assim como o movimento pacifista e sindical, mas como essas ideias encontraram lugar em uma academia cada vez mais neoliberal? O que sobreviveu na migração do feminismo negro para a academia e seu recondição como uma cada vez mais legítima interseccionalidade? De que forma os vínculos da interseccionalidade com a política emancipatória foram renegociados, em sua pesquisa crítica e sua práxis, em resposta às normas acadêmicas, tantas vezes antitéticas? O que se perdeu na tradução?

Muitos temas são alimento para o pensar. Primeiro, pesquisadoras contemporâneas percebem um núcleo ético como essencial ou opcional nos estudos interseccionais? Há uma diferença entre acreditar nos princípios éticos como um suporte para a igualdade de agir segundo eles. A ética está no cerne do feminismo negro, cuja razão de ser consiste em dismantlar as injustiças sociais de raça, classe, gênero e sexualidade, que produzem desigualdades sociais nas experiências das mulheres de cor. Os estudos de Dill de como acadêmicas que organizaram precocemente estudos de raça/ classe/ gênero iluminam como estas pesquisadoras/ ativistas permearam seu trabalho por um *ethos* de justiça social (Dill, 2009). Durante seus anos iniciais na academia, na década de 1980, estudos de raça/ classe/ gênero demonstraram as suscetibilidades de incorporar um *ethos* de justiça social extrapolaram limites entre o movimento social e a academia. No entanto, ao negligenciarem a justiça social e princípios éticos semelhantes, estu-

dos interseccionais que parecem mais dedicados a descrever a verdade do que criticá-la e reescrevê-la deterioram inadvertidamente o propósito da interseccionalidade em si. Ironicamente, esse afastamento da justiça social tem sido tão incremental que muitos assumem que a interseccionalidade está fundida inerentemente com a justiça social, apesar de evidências decrescentes para essa convicção. A interseccionalidade pode servir como uma ferramenta teórica e metodológica para estudar qualquer coisa e não precisa estar conectada às experiências das pessoas com a injustiça ou a justiça social. A verdade importa, porém, quando os estudos interseccionais privilegiam a verdade *sobre* a justiça, entrando no terreno escorregadio do conluio com hierarquias de poder.

Em segundo lugar, desestimular as dimensões éticas da interseccionalidade sugeridas pela liberdade, equidade, justiça social ou democracia participativa molda o tipo de política que a interseccionalidade persegue. Uma maneira de conter o potencial emancipatório da interseccionalidade consiste em apropriar-se de suas ideias, reformulando-a em relação às agendas neoliberais, depois descartando-a ao apontar uma aparente impossibilidade de a interseccionalidade promover mudança. A feminista negra intelectual Vivian May, dentre outras, analisa habilmente as estratégias retóricas que caracterizam os esforços para minar a interseccionalidade (May, 2015). Por exemplo, extirpar o valor de uso da interseccionalidade para desempoderar as pessoas redefinindo-a, depois aconselhando subordinados a irem “além” da interseccionalidade para uma “pós-interseccionalidade” lembra os esforços para revogar leis que podem salvar vidas sem qualquer substituição viável. A ausência de um núcleo ético que forneça princípios orientadores deixa acadêmicos fazerem aquilo que querem, individualmente, livres de qualquer senso de responsabilidade para combater injustiças sociais.

Terceiro, o surgimento da ação política global desde a Primavera Árabe, o renascimento de um ativismo político de base em movimentos como o *Black Lives*, bem como uma reação significativa contra iniciativas de justiça social nos EUA, Brasil, Turquia e

vários estados-nação europeus sugerem que a teoria social ocidental, desenvolvida em relações sociais neoliberais, pode estar cumprindo seu propósito.

Olhando em retrospectiva, a popularidade do pós-estruturalismo entre muitos acadêmicos ocidentais nos anos 1990 ocorreu no mesmo período em que muitos governos implementaram políticas neoliberais de contenção de recursos para instituições públicas e a implementação de políticas punitivas de encarceramento em massa. Estes eventos simplesmente se desenvolveram paralelamente ou, de alguma forma, um facilitou o outro? Dentre muitas disciplinas, a geração de acadêmicos dos anos 1990 criticou cada vez mais termos centrais como liberdade, justiça social, equidade e democracia participativa, apesar da contínua necessidade dessas políticas, a ideia central de interseccionalidade e projetos similares pareciam, cada vez mais, ter falhado ou completado com êxito os projetos do iluminismo. Uma série de estratégias retóricas facilitou a opressão epistêmica, ainda que um quadro importante se destaque (Dotson, 2014). A predisposição de etiquetar tudo com o prefixo “pós” sugere que, no início do século XXI, estamos em um período “depois” dos projetos emancipatórios que aspiram à liberdade. Pós-modernismo, pós-estruturalismo, pós-colonialismo, pós-racionalidade e pós-feminismo foram articulados de forma a catalisar uma falta de entendimento fundamental do presente como um momento em que, apesar da crescente desigualdade social, já havia alcançado igualdade de direitos. Essa leitura equivocada do presente, ironicamente, demandava um foco retrógrado, que forçava um pessimismo fundamental sobre a ação humana que beirava o niilismo. Dos anos 1990 até hoje, a micropolítica na teoria política, que postula que o poder está aparentemente em toda parte, produziu resultados micropolíticos contra as injustiças sociais. Além disso, pode-se perguntar quanto desse pessimismo reflete o tempo em que estamos e quanto fala às tendências da educação superior contemporânea. Dito de outra forma, projetos de conhecimento que propõem uma abordagem pós-tudo podem estar de luto por um passado que já foi e, ao final desse funeral, darão à luz um futuro em que somente as elites ocidentais irão prosperar.

Finalmente, a trajetória da interseccionalidade aponta para os desafios de avançar políticas emancipatórias em um contexto político e epistêmico da academia neoliberal. O neoliberalismo valoriza a realização individual e a responsabilidade pessoal acima das idéias coletivas relativas ao bem público. Nessa lógica, problemas sociais podem ser mais bem resolvidos pela objetividade das soluções de mercado, não políticas de ação coletiva. Na academia, a lógica do mérito individual, ou, de forma controversa, a falta de indicadores, sustenta a cultura de auditoria que permeia tantas faculdades e universidades. Acadêmicos, indivíduos, certamente trabalham por todo o grupo, mas quando são avaliados para promoções, renovações e ocupar cargos, os critérios de avaliação enfatizam métricas de realização individual. Essa cultura de auditoria parece diretamente contrária ao *ethos* coletivo dos movimentos sociais que inspiraram June Jordan. Quando Kimberlé Crenshaw escreveu sobre interseccionalidade, ela não tentou nomear um campo ou cunhar um termo, mesmo que seu trabalho seja amplamente citado dessa forma nessa moda dentro das pesquisas interseccionais. Em vez disso, reformular a interseccionalidade como a moeda do reino levanta a questão de por que esse termo particular tem sido tão bem-sucedido.

A promessa inicial do feminismo negro e a ideia de interseccionalidade que a acompanhou consistia em promover políticas emancipatórias para as pessoas que aspiravam a construção de uma sociedade mais justa. No entanto, podemos perguntar, quando se trata de abordar as questões sociais importantes do nosso tempo, o que se perde quando os projetos interseccionais contemporâneos de conhecimento falham em incorporar um *ethos* de justiça social? Mais importante, o que se pode obter se nos esforçarmos para desenvolver projetos interseccionais de conhecimento mais robustos, que tenham a justiça social em seu cerne?

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, M. Jacqui; MOHANTY, Chandra Talpade. Introduction: Genealogies, Legacies, Movements. In: ALEXANDER, M. Jacqui;

MOHANTY, Chandra Talpade (org.). **Feminist Genealogies, Colonial Legacies, Democratic Futures**. New York: Routledge, 1997.

ANDERSEN, Margaret L.; COLLINS, Patricia Hill (org.). **Race, Class and Gender: An Anthology**. Belmont, Calif: Wadsworth, 2016.

ANTHIAS, Floya; YUVAL-DAVIS, Nira. **Racialized Boundaries: Race, Nation, Gender, Colour and Class and the Anti-Racist Struggle**. New York: Routledge, 1992.

ANZALDUA, Gloria. **Borderlands/La Frontera**. San Francisco: Spinster/Aunt Lute Press, 1987.

BAMBARA, Toni Cade (org.). **The Black Woman: An Anthology**. New York: Signet, 1970.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. New York: Routledge, 2000.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Intersectionality**. Cambridge, UK: Polity, 2016.

COLLINS, Patricia Hill; CHEPP, Valerie. Intersectionality. In: WELDON, Laureal (org.). **Oxford Handbook of Gender and Politics**. New York: Oxford, 2013, p. 31-61.

COMBAHEE-RIVER-COLLECTIVE. 1995. A Black Feminist Statement. In: GUY-SHEFTALL, Beverly (org.). **Words of Fire: An Anthology of African-American Feminist Thought**. New York: The New Press, 1995, p. 232-240.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**. V. 32, N. 6, 1991, p. 1241-1299.

DAVIS, Angela Y. **Women, Race, and Class**. New York: Random House, 1981.

DAVIS, Kathy. Intersectionality as a Buzzword: A Sociology of Science Perspective on What Makes a Feminist Theory Successful. **Feminist Theory**. V. 9, N. 1, 2008, p. 67-85.

DILL, Bonnie Thornton. Intersections, Identities, and Inequalities in Higher Education. In: DILL, Bonnie Thornton; ZAMBRANA, Ruth (org.). **Emerging Intersections: Race, Class, and Gender in Theory, Policy, and Practice**. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 2009, p. 229-262.

DOTSON, Kristie. Conceptualizing Epistemic Oppression. **Social Epistemology**. V. 14, 2014, p. 1-23.

GRANKA, Patrick R. (org.). **Intersectionality: A Foundations and Frontiers Reader**. Boulder, CO: Westview Press, 2014.

JORDAN, June. **Civil Wars**. Boston: Beacon Press, 1981.

JORDAN, June. **On Call: Political Essays**. Boston, MA: South End Press, 1985.

JORDAN, June. **Technical Difficulties: African-American Notes on the State of the Union**. New York: Pantheon Books, 1992.

JORDAN, June. **Affirmative Acts: Political essays**. New York: Anchor Books/Doubleday, 1998.

KELLEY, Robin D. G. **Freedom Dreams: The Black Radical Imagination**. Boston: Beacon, 2002.

KING, Richard H. **Civil Rights and the Idea of Freedom**. Athens: University of Georgia Press, 1996.

LAMONT, Michele; MOLNÁR, Virág. The Study of Boundaries in the Social Sciences. **Annual Review of Sociology**. V. 28, 2002, p. 167-195.

LORDE, Audre. **Sister Outsider: Essays and Speeches**. Freedom, Calif.: Crossing Press, 1984.

MAY, Vivian M. **Pursuing Intersectionality, Unsettling Dominant Imaginaries**. New York: Routledge, 2015.

McCLINTOCK, Anne. **Imperial Leather: Race, Gender, and Sexuality in the Colonial Contest**. New York: Routledge, 1995.

RANSBY, Barbara. **Ella Baker and the Black**

Freedom Movement: A Radical Democratic Vision. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2003.

SANDOVAL, Chela. **Methodology of the Oppressed**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.

STOLER, Ann Laura (org.). **Race and the Education of Desire: Foucault's History of Sexuality and the Colonial Order of Things**. Durham, N.C.: Duke University Press, 1995.

WEBER, Lynn. A Conceptual Framework for Understanding Race, Class, Gender, and Sexuality. **Psychology of Women Quarterly**. V. 22, 1998, p. 13-32.

Recebido_14 de janeiro de 2017.

Aprovado_10 de março de 2017.